



# O Palácio Duque de Caxias

*Wagner Alcides de Souza*

Quem passa hoje na área onde está localizado o Palácio Duque de Caxias e vê a sua grandiosidade nem pode imaginar que a razão de sua existência naquele sítio se deva a uma devoção religiosa. Tudo começou quando, no início do século XIX, deu-se a criação do 2º Regimento de Infantaria, chamado “Regimento Novo” para se diferenciar do 1º Regimento de Infantaria, que passou a ser conhecido como “Regimento Velho”. Seus integrantes, devotos de Nossa Senhora de Santana, desejavam que seu aquartelamento estivesse próximo da Capela de Santana, daí ser conhecida a região como Campo de Santana.

Em 1810, José da Costa Martins Gil e sua esposa, Emerenciana Dantas da Cunha, doaram um terreno para a construção do quartel do 2º RI nas

proximidades da Capela. Terminada a obra em 1815, a unidade passou a ser conhecida como Quartel do Campo. Na publicação do Coronel Cláudio Moreira Bento, *Quartéis-Generais das Forças Armadas*, Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1988, está relatado que o aquartelamento “tinha forma de quadrado [com pátio interno]. Nos cantos e na metade de cada lado existiam sobrados onde moravam os oficiais, de coronel a alferes. Os sargentos, anspeçadas e soldados se distribuíam pelos 16 alojamentos destinados às companhias dos dois regimentos que passaram a ocupar as novas instalações: o 1º Regimento de Infantaria (“o Velho”) e o 2º Regimento (“o Novo”).

Diante desse quartel, no período inicial do século XIX, transcorreram importantes passagens da História do Brasil: a Aclamação de D. João VI como Rei de Portugal (único rei europeu a ser coroado nas Américas); a Aclamação de D. Pedro I como Imperador do Brasil, já no Brasil independente, o



Palácio Duque de Caxias durante a sua construção.  
Na frente as antigas instalações

que levou à mudança do nome daquela região de Campo de Santana para o de Campo da Aclamação; e a revolta das tropas que se reuniram no Campo de Santana e que acabou por ocasionar a Abdicação de D. Pedro I no dia 7 de abril de 1831.

Apesar de toda essa efervescência política, a grande transformação que realmente afetou a estrutura do aquartelamento se deu quando da primeira vez que Caxias, então Marquês, ocupou a Pasta da Guerra. Ele determinou, em 1855, que nele fossem feitas reformas. Além da reforma em termos materiais, Caxias fez uma importante “reforma” administrativa, criando, em 30 de junho de 1855, a Repartição do Ajudante-General do Exército. Tal órgão, que funcionava no 2º andar da atual Ala Visconde da Gávea, visava dar continuidade administrativa favorecendo o desenvolvimento de uma doutrina dentro da instituição, visto que o cargo de mi-

nistro ficava muito vulnerável às mudanças políticas, o que afetava o Exército na sua preparação, pela quebra de continuidade das ações administrativas. A repartição, grosso modo, foi uma precursora do Estado-Maior do Exército.

O Quartel do Campo só foi atingir o *status* de Quartel-General e Ministério da Guerra, quando Caxias ocupou pela segunda vez a Pasta da Guerra, no biênio de 1861-62.

O evento histórico mais importante vivido dentro do Quartel-General e no seu arredor foi o da Proclamação da República em 1889, pois toda a ação se deu ali. O Marechal Deodoro da Fonseca, não tendo sido impedido pela guarda, entrou no aquartelamento, montado no baio nº 6, à frente das tropas reunidas. Subiu ao segundo andar onde estava reunido o Gabinete de Ouro Preto e o destituiu. Posteriormente, na região frontal do quartel, foi sau-

Pátio interno e estacionamento



dado pelas tropas ali reunidas. O campo em frente ao quartel passou, a partir de então, a ser denominado Praça da República.

Em 1905, ocorreu uma importante reforma do Quartel-General durante a administração do General Francisco de Paula Argolo à frente do Ministério da Guerra. O projeto preconizava, como está demonstrado no livro já citado do Coronel Bento, “a reconstrução da fachada principal, dando maior pé direito ao segundo pavimento e que seria construído sobre ele um terceiro pavimento, composto

Pátio interno, vendo-se à direita o prédio da Central do Brasil



de áticos e mansardas, destacando os torreões extremos do corpo central, encimado por cúpula de base retangular e seção vertical de arco pleno, rematando em uma lanterna, também com base retangular. Na cobertura, peças metálicas complementadas por caibros e ripas de madeira. Nas varandas, armações metálicas”.

As obras foram terminadas e as novas instalações inauguradas em 1910 pelo Ministro

Hermes da Fonseca, sendo assim utilizadas: o Estado-Maior do Exército (criado em 1896) instalou-se no segundo pavimento, o Gabinete do Ministro do Exército, no terceiro. No térreo, ficavam o Corpo da Guarda, a cadeia e os serviços diversos.

Dos vários acontecimentos da História do Brasil no período que vai de 1910 a 1941 dois se destacam por envolver diretamente o antigo Ministério da Guerra. O primeiro, em 1922, quando os revoltosos do Forte de Copacabana tentaram atingi-lo disparando os seus canhões. E, em 1930, na deposição do Presidente Washington Luis, quando a junta de Governo, integrada pelos generais Augusto Tasso Fragoso, João de Deus Menna Barreto e pelo Almirante José Isaías de Noronha, ficou ali instalada.

Com Getúlio Vargas na Presidência e o General Eurico Gaspar Dutra no Ministério da Guerra, foi aprovado o projeto do arquiteto Cristiano Stockler das Neves, autor do primeiro arranha-céu paulista em 1916.

Com Getúlio Vargas na Presidência e o General Eurico Gaspar Dutra no Ministério da Guerra, foi aprovado o projeto do arquiteto Cristiano Stockler das Neves, autor do primeiro arranha-céu paulista em 1916.



Entrada principal, onde está localizada a pedra fundamental, datada em 1937

Designou-se uma comissão composta pelos engenheiros militares Major Raul de Albuquerque e Capitão Rubens Teixeira para executar a obra. Toda a estrutura de concreto foi calculada pelo Exército.

A construção do edifício foi feita na área afastada vinte metros do antigo quartel, este demolido após a conclusão das obras da nova sede. As alas, respectivamente voltadas para a Praça Cristiano Ottoni e para o Palácio Itamaraty, foram, no entanto, conservadas sem alteração. Com seis pavimentos ergueu-se a Ala Marçílio Dias.

O prédio novo foi inaugurado em 28 de agosto de 1941, em pleno Estado Novo, sendo construído ao mesmo tempo em que se abria a Avenida Presidente Vargas, esta idealizada em 1938. Em termos de área construída, foi o maior edifício público

administrativo de seu tempo, com 86 mil metros quadrados de área e 23 andares.

Seu imponente embasamento e pórtico de entrada foram executados em granito vermelho-escuro e preto. Com mármore oriundo do Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais, foram executados os pisos da ala principal. No saguão de entrada, que abrange dois andares, vê-se ao fundo um vitral de 13 metros de altura representando o “Duque de Caxias em Itororó”, de autoria de Alcebíades Miranda Júnior. Outros temas foram feitos em cinco vitrais decorativos no Salão Nobre: “A Batalha de Guararapes”, “A Defesa das Fronteiras”, “Batalha do Avaí”, “Proclamação da República” e “A Pátria Brasileira”.

Na fachada principal, na altura do terceiro e quarto andares, foi aposta uma ornamentação em



Salão de honra



Vital de Caxias, no hall de entrada

bronze com os temas “A Glória Militar” e “Apoteose à Bandeira”, de autoria do escultor Hildegardo Leão Veloso. A escolha dos artistas foi feita pelos mesmos membros da Comissão Construtora, liderada pelo Professor Pedro Calmon.

Em 25 de agosto de 1949, foi inaugurado o *Pantheon* de Caxias, monumento localizado em frente ao prédio, contendo os restos mortais do Patrono do Exército e de sua esposa, trasladados do cemitério do Catumbi. A estátua eqüestre que o encima é de autoria do escultor Bernardelli, executada em 1897 e que anteriormente ficava no Largo do Machado.

Em 1971, o Ministério do Exército, Ministério da Guerra até a década de 1960, transfere-se para Brasília. Três anos depois, pelo Decreto nº 74.705, de 17 de outubro 1974, o antigo Quartel-General recebe a denominação de “Palácio Duque de Caxias”.

Em 10 de dezembro de 1998, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, órgão da Secretaria de Estado de Cultura e Esporte do Estado do Rio de Janeiro, notificou o Comando Militar do Leste que, pela “importância histórica e arquitetônica do conjunto de edificações representativas de uma das vertentes da arquitetura moderna brasileira no período do Estado Novo (...), foi determinado o tombamento provisório do imóvel denominado Palácio Duque de Caxias”. Tombamento que faz jus à grande importância que representa e que envolve o Palácio, em termos históricos, não somente com o Estado Novo, mas com diversos outros momentos da História do Brasil.

**Wagner Alcides de Souza** – Capitão do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) da turma de 1994. Licenciatura em História (UERJ). Especialização em História Militar (Uni Rio). Atualmente é chefe da Seção de Bibliotecas (BIBLIEX).